



A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM MULUNGU-CE: POLÍTICAS, MULTISSERIAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO DAS SALAS DE AULA

Édmara Silva De Souza¹

Lara Coelho De Brito²

Luís Carlos Ferreira³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar de que maneira as políticas nacionais de educação voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) têm atribuído para ampliação dessa modalidade no município de Mulungu, situado na região do Maciço de Baturité, Ceará, com destaque para adoção de turmas multisseriadas e salas reterritorializadas. A investigação fundamenta-se em abordagem qualitativa, de caráter exploratório e interpretativo, utilizando dados do Censo da Educação Básica (Inep/MEC) e entrevistas semiestruturadas com gestores e professores da rede. Além disso, recorreu à literatura especializada na área da EJA, com educação do campo e políticas educacionais, a partir de autores como Santos e Moura (2010), Parente (2014) e Charlot (2000), de modo a relacionar a experiência local com o quadro nacional. Os resultados apontam que a estratégia de multisseriação, embora historicamente vinculada à precariedade estrutural, vem sendo ressignificada no município como prática pedagógica e administrativa capaz de garantir acesso e permanência de jovens e adultos e idosos na escola. As salas reterritorializadas, por sua vez, emergem como alternativa criativa para aproximar o processo de ensino das realidade socioterritoriais dos estudantes, fortalecendo vínculos comunitários e ampliando as possibilidades de aprendizagem. Evidencia-se, contudo, que persistem desafios relacionados à infraestrutura, à formação docente e ao suporte institucional para assegurar maior qualidade no atendimento dessa modalidade. Conclui-se que a experiência de Mulungu revela como as políticas nacionais, quando articuladas às práticas locais, podem favorecer a inclusão e a equidade educacional, transformando a EJA em um espaço de cidadania e pertencimento para sujeitos historicamente excluídos da escolarização.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas Públicas; Multisseriação, Mulungu-CE.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Políticas Públicas; Multisseriação; Mulungu-CE.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Discente, edmarasouza@aluno.unilab.edu.br¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Discente, laracoelho12@outlook.com²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Docente, luisferreira@unilab.edu.br³



INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), reconhecida como modalidade de ensino na educação básica desde a década de 1990, representa um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). Trata-se de um campo marcado por especificidades metodológicas, construído como resposta a processos históricos de exclusão que negaram o acesso à escolarização a diferentes gerações.

Nesse contexto, as turmas multisseriadas surgem como estratégia recorrente, sobretudo em comunidades rurais e em área de baixa densidade populacional, ao reunir em um mesmo espaço estudantes de idades e etapas diversas. Embora muitas vezes sejam associadas à precariedade estrutural, essa forma de organização escolar pode ser compreendida também como alternativa pedagógica que busca a inclusão e o fortalecimento do direito à educação.

No município de Mulungu, localizado no interior do estado do Ceará, a realidade da EJA tem sido marcada por esforços administrativos e pedagógicos para ampliar o alcance da modalidade, especialmente com a adoção de salas de aula reterritorializadas e turmas multisseriadas. Essas iniciativas se fundamentam em diretrizes legais nacionais e se articulam a práticas locais que visam aproximar o espaço escolar à vida comunitária. Esse trabalho tem como objetivo analisar de que maneira as políticas nacionais de educação, voltadas à EJA, contribuíram para a ampliação dessa modalidade em Mulungu, considerando o papel das estratégias multisseriadas no processo de inclusão e permanência das “gentes da EJA” (Ferreira, 2024).

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma epistemologia qualitativa, de caráter exploratório e abordagem descritivo-interpretativa. Foram mobilizadas diferentes fontes de dados, incluindo informações do Censo da Educação Básica (Inep/MEC) e entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores e professores da rede municipal de ensino. Esse conjunto de procedimentos possibilitou a construção de um olhar mais abrangente sobre a reorganização da EJA no município, permitindo a análise tanto das dimensões normativas e administrativas quanto das práticas pedagógicas vinculadas às turmas multisseriadas e às salas reterritorializadas.

Além da coleta e análise documental, recorreu-se a referenciais bibliográficos da área da EJA, Educação Popular e Políticas Educacionais, com destaque para autores como Santos e Moura (2010), Parente (2014) e Charlot (2000). O diálogo em esses aportes teóricos permitiu relacionar a experiência local de Mulungu ao quadro mais amplo da EJA no Brasil, destacando como os processos administrativos e pedagógicos do município se alinham (ou diferenciam) das diretrizes nacionais. Nesse sentido, o estudo também incorpora elementos de pesquisa descritiva, uma vez que busca não apenas interpretar, mas também registrar as especificidades da realidade investigada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados levantados junto à rede municipal evidenciam que a EJA em Mulungu passou por um processo de reorganização nos últimos anos, com a adoção de turmas multisseriadas e de salas reterritorializadas como estratégia para garantir acesso aos estudantes em localidades com baixo número de matrículas. Essa iniciativa está em consonância com o Art. 4, inciso VII, e o Art. 23 da LDBEN, que preveem a flexibilização organizacional permitida aos sistemas de ensino como forma de assegurar o direito à aprendizagem de jovens e adultos.

Historicamente, as classes multisseriadas no Brasil foram associadas à precariedade, sobretudo nas zonas



rurais, mas no caso de Mulungu, elas se transformaram em espaço de resistência e inovação pedagógica. A proposta das salas reterritorializadas, que realoca os espaços de ensino para ambientes mais próximos à vida comunitária como residências de educadores e educandos, ressignifica o espaço escolar e amplia o vínculo dos sujeitos com a aprendizagem. Essa prática reforça a dimensão cultural e social da educação, valorizando as trajetórias de vida dos estudantes e permitindo uma maior adaptação às suas condições concretas.

As falas dos professores entrevistados ilustram como a multisseriação tem sido vivenciada no cotidiano:

“Muitos desafios, porém maior engajamento e motivação na prática dos conhecimentos de cada aluno, resolução de problemas e pensamento crítico de cada aluno” (P1).

“Tirar os alunos das rotinas diárias, mostrar que eles são capazes de aprender, planejar as aulas para diferentes níveis de aprendizado” (P2).

“A minha vivência em sala de aula não vejo como dificuldade, pelo contrário, vejo como uma oportunidade de juntos trocarmos experiências e histórias de vida, mas como que exige um pensamento estratégico para que cada aluno se parte da temática trabalhada naquela aula” (P3).

Embora persistam desafios relacionados à infraestrutura e à formação docente, a experiência demonstra que, quando bem conduzida, a multisseriação pode favorecer práticas colaborativas, promover a troca de saberes intergeracionais e fortalecer o precedente escolar. Essa perspectiva dialoga com Parente (2014), que aponta para a legitimidade das turmas múltiplas em contextos educacionais consolidados, e com Charlot (2000), ao destacar que o aprendizado se torna significativo quando estabelece relações vivas com o mundo, consigo e com o outro. Neste sentido, reafirma-se o que Paulo Freire chama atenção:

[...] o diálogo é uma exigência existencial, E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples de ideias a serem consumidas pelos permutantes (Freire, 1983, p. 198).

Em função disso, os estudos oferecem subsídios para a compreensão de questões centrais que emergem nesse processo, evidenciando tanto os esforços dos estudantes que buscam na EJA a “escola das muitas chances”, na perspectiva da inclusão social, quanto o compromisso dos professores que, ao se apoiarem em abordagens metodológicas e pedagógicas plurais, contribuem para a reconstrução da cidadania entre as diversas “gentes” que compõem essa modalidade.

CONCLUSÕES

A análise evidenciou que as políticas nacionais de educação, ao garantirem o direito de jovens e adultos à escolarização, criaram condições legais e institucionais para que municípios como Mulungu desenvolvessem estratégias próprias de ampliação da EJA. No caso estudado, a implementação de turmas multisseriadas e salas reterritorializadas revelou-se uma resposta criativa e necessária às limitações estruturais e demográficas locais.

Apesar dos inúmeros desafios, a experiência indica que a multisseriação pode ser ressignificada como prática pedagógica potente, capaz de promover inclusão, permanência e equidade no acesso à educação. Mais do que uma solução improvisada, trata-se de um processo que reafirma a EJA como território de cidadania e pertencimento, resgatando o direito à educação de sujeitos historicamente afastados da escola.



AGRADECIMENTOS

Registramos nossa profunda gratidão à Funcap - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio dado à pesquisa por meio do Edital nº 11/2024 - Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa e Estímulo à Interiorização e Inovação (BPI), à Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal e Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro e pela confiança no potencial desta investigação, além do Grupo de Pesquisa Observatório Vozes da EJA Brasil-África, pelas reflexões compartilhadas e pelos debates que enriqueceram de forma decisiva e construção deste trabalho. reconhecemos, igualmente, a importância da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), que ofereceu não apenas o espaço institucional, mas também os recursos acadêmicos indispensáveis para o desenvolvimento da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- CHARLOT, B. Da relação com o saber : elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- FERREIRA, L.C. Gentes da EJA: além da subcidadania e da exclusão / Luís Ferreira – Curitiba : CRV, 2024.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- PARENTE, C. da M. D. Escolas Multisseriadas: a experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro. Ensaio : Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online], Rio de Janeiro, v.22, n.82, p.57-88, jan./mar. 2014.
- SANTOS, Fábio Josué dos; MOURA, Tarciana Vidal. Políticas educacionais, modernização pedagógica e racionalização do trabalho docente: problematização das representações negativas sobre as classes multisseriadas. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Murray (orgs.). Escola de direito: reinvenção na escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 35-48. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; v. 2).